

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-CAMPUS VII
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GEOVANA COELHO DE SOUZA LIMA

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NEGRA: Análise sobre o ambiente
escolar

CODÓ-MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lima, Geovana Coêlho de Souza.

A construção identitária da mulher negra: análise sobre o ambiente escolar / Geovana Coêlho de Souza Lima. - 2022. 41 f.

Coorientador(a): Gleiciane Brandão Carvalho.

Orientador(a): Aziel Alves De Arruda.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2022.

1. Ambiente Escolar. 2. Desigualdade Racial. 3. Literatura. 4. Mulher Negra. I. Carvalho, Gleiciane Brandão. II. De Arruda, Aziel Alves. III. Título.

GEOVANA COELHO DE SOUZA LIMA

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NEGRA: análise sobre o ambiente escolar

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Maranhão-Campus de Codó, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Aziel A. de Arruda

Codó-MA
2022

GEOVANA COELHO DE SOUZA LIMA

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NEGRA: análise sobre o ambiente escolar

Monografia apresentada ao curso de pedagogia da UFMA/ CAMPUS VII – Codó, para obtenção do diploma de licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em 24 / 08 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aziel Alves de Arruda
Orientador

Profa. Ma Gleiciane Brandão Carvalho
Coorientadora

Renan Luiz de Freitas
1º Examinador

AGRADECIMENTO

A Deus, por me conceder forças e saúde para me manter firme durante esta jornada de quatro anos, a minha mãe Irami Coelho de Souza, que me proporcionou todas as possibilidades possíveis para que eu tivesse as melhores oportunidades para realizar o nosso sonho, hoje ela se encontra ao lado de Deus, guiando os meus passos, permitindo-me sentir o seu amor, carinho e sendo um exemplo de mulher, de amor. Agradeço a minha família por me ajudar e me incentivar, sobretudo a Iranilde, Iracema e Edilene. Agradeço de coração a todos os professores da UFMA, que contribuíram com os seus conhecimentos, por tirarem minhas dúvidas e conceder-me a palavra amiga quando necessitei, em especial à professora Cristiane Dias. Ao meu orientador Aziel Alves de Arruda pela disponibilidade e dedicação. A minha coorientadora, Gleiciane Brandão, que abriu portas para eu ter conhecimentos sobre textos que valorizam a cultura afro-brasileira. Fico agradecida por estar em um ambiente universitário e ter oportunidade de conhecer e fazer parte de um mundo que sonhava em participar quando estava no ensino médio, ter conhecido grandes autoras/autores da educação e do movimento antirracista, que contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal. Agradeço os amigos que conquistei durante a minha caminhada, sobretudo as amigas que fiz no período do curso, a Rainara, Crislane, Teresa e Ana Luiza, que me auxiliaram assim que cheguei em Codó, que me permitiram sentir acolhida longe do meu aconchego familiar.

.

Resumo

A esfera educacional permite a obtenção de conhecimentos científicos e sobre a vida, é o local que explora e possibilita discutir assuntos que interferem diretamente na vida do alunos, bem como entender o processo histórico que engloba a forma como a sociedade se organiza. Diante desse cenário, este trabalho busca perceber a importância de uma literatura escolar que retrate e demonstre a importância não somente de Dandara dos Palmares, mulher negra que lutou pelos direitos de uma população que foi silenciada, mas de outras mulheres negras que auxiliaram na construção social. O estudo está dividido em duas partes, primeiramente a pesquisa bibliográfica, depois a análise de dados realizada na escola Leônidas Pessoa, na cidade de Pirapemas-MA. Foi aplicado um questionário com 28 perguntas objetivas e subjetivas, aplicado a três professoras do quarto e do quinto ano do ensino fundamental, para entender como essas docentes expõem conteúdos que exaltam a cultura negra, sobretudo, a participação ativa do ser afro-brasileira feminina, no ambiente social. Para tanto, o presente artigo utiliza de alguns autores e autoras que auxiliam na escrita e reflexão do assunto abordado, tais como (RIBEIRO, 2018), que expõe informações sobre feminismo negro e questões raciais, utilizando sua trajetória de vida como exemplo. Recorremos também a (SANTOS, ANO), que alude à valorização da mulher negra, fazendo referência à Dandara de Palmares e (ARAÚJO, 2013), que faz profundas reflexões ao abordar questões de gênero, no qual se notam as desigualdades estabelecidas, reprimindo a existência da mulher negra. A mulher negra participou ativamente da construção social, no entanto não obteve o reconhecimento necessário e, paradoxalmente, o ambiente escolar segue essa mesma linha de pensamento de negar seu legado, observando-se a invisibilidade de Dandara de Palmares, no meio escolar.

Palavras-chaves: Mulher Negra; Desigualdade Racial; Ambiente escolar; Literatura.

ABSTRACT

The educational sphere allows the acquisition of scientific knowledge and about life, it is the place that explores and makes it possible to discuss issues that directly interfere in the students' lives, as well as to understand the historical process that encompasses the way society is organized. Therefore, the work seeks to understand the importance of a school literature that portrays and demonstrates the importance not only of Dandara, but of other black women who helped in social construction. With this, the work is divided into two parts, a priori bibliographic research and then data analysis carried out at the Leônidas Pessoa school in the city of Pirapemas-MA. The questionnaire has 28 objective and subjective questions, with the participation of three teachers from the fourth and fifth years of elementary school, to understand how the teachers expose contents that exalt black culture, above all, the active participation of the female Afro-Brazilian being, in the social environment. Therefore, this article uses some authors who help in writing and reflecting on the subject addressed. Such as, RIBEIRO (2018) which exposes information about black feminism and racial issues, using her life trajectory as an example. SANTOS that gives appreciation to black women, referring to Dandara de Palmares. ARAÚJO (2013) makes deep reflections when addressing gender issues, in which established inequalities are noted, repressing the existence of black women. Black women actively participated in social construction, however, they did not obtain the necessary recognition. The school environment follows this same line of thought, observing the invisibility of Dandara de Palmares in the school environment.

Keywords: Black Woman, Racial Inequality, School Environment, Literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. EDUCAÇÃO E PERÍODO ESCRAVOCRATA: COMO O CONTEÚDO TEM CHEGADO AOS BANCOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL	10
1.2 O conceito de uma educação decolonial e a importância da Lei 10639/2003.....	16
1.2.1 Educação decolonial	16
2 HERÓIS E HEROÍNAS DO PERÍODO ESCRAVOCRATA SILENCIADOS NA ESCRITA HISTÓRICA: um outro olhar para população negra	19
2.1A questão gênero racial na sociedade.....	23
3 A invisibilidade de dandara: sua contribuição para o ambiente escolar.....	28
4. Conhecendo o contexto escolar onde se desenvolveu a pesquisa	32
4.1 Desenvolvendo a pesquisa	33
4.2 descrevendo cenários	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
Referências	39

INTRODUÇÃO

Ao analisar o contexto histórico do país, percebe-se as desigualdades estabelecidas, seja social, econômica ou de gênero implicam sérios problemas que afetam sobretudo pessoas com renda baixa, negros, mulheres e homossexuais, público considerado vulnerável por uma parte da população. Esse desequilíbrio na sociedade causa danos à vida dos indivíduos que estão na fase da infância, crescem em ambientes complexos por situações desconfortáveis e normalmente não contam com uma rede de apoio que possa intervir de forma positiva e torná-las aptas para quando atingirem a adolescência e a fase adulta, capazes de lidar com a adversidade, sem estarem em circunstâncias emocionais abaladas, isso porque viver em um ambiente que as pessoas ao redor colocam suas características físicas como defeito, como é o caso do preconceito racial, pode provocar danos emocionais severos ao longo da vida dessas crianças.

No entanto, quando tá situação desfavorável ocorre no ambiente escolar, torna-se um assunto mais sensível, pois são pessoas que ainda não formaram sua filosofia de vida e que tal circunstância pode ter influência de outras pessoas ou até mesmo não saber amparar as diferenças, dessa forma termina ofendendo outros colegas que são negros/pardos. A população negra, por vários séculos, foi excluída da sociedade e, em decorrência desse fato, surgiram inúmeros problemas que perduram até hoje.

A cultura afro-brasileira possui histórias, tradições e estilos que consequentemente contaram com a participação das mulheres negras, porém elas não obtiveram tanto prestígio como deveria ter e esse fato ainda é perceptível na sociedade atual. A presença da mulher negra, em diversos setores, é um grande desafio, visto isso, aprofundar estudos sobre as mulheres negras no ambiente escolar é reformular conceito e desvendar estereótipos, dando a oportunidade para que os estudantes conheçam as mulheres afrodescendentes que fizeram grandes contribuições para o país, e valorizar as características e os grandes livros com protagonistas ou escritos por mulheres negras que servem de inspiração para as futuras gerações.

Aprofundar o conhecimento a respeito da cultura afrodescendente é resgatar as lutas, as histórias e romper com estereótipos, sobretudo desvendar como a

sociedade observa as mulheres negras no ambiente escolar, conhecer suas contribuições, seus desafios. Tendo como finalidade verificar como a lei 10.639/03 está sendo executada, refletindo como abordar as questões étnico-raciais, apresentando discussões sobre a presença da mulher negra no ambiente escolar.

O espaço escolhido para pesquisa foi um ambiente escolar, em virtude de que a esfera educacional é um local que permite o debate de vários assuntos, e é um dos primeiros espaços a que a criança tem acesso, é um lugar que aborda diferentes contextos. Discutir sobre questões raciais na escola é refletir sobre como a sociedade se organiza, sobre inclusão, respeito empatia e construção identitária. A princípio, seria uma pesquisa de campo, foi estabelecida uma conversa com a escola, que aceitou participar da pesquisa. Daí então foi aplicado o questionário de forma impressa, logo em seguida foi concedido o estabelecimento da reunião com as três professoras, porém não foi possível realizar a pesquisa de campo. Foi remarcada mais duas vezes, no entanto, por questões de disponibilidade da escola, não foi possível realizar a entrevista, dessa forma, só foi possível fazer uma análise de dado na escola Leônidas Pessoas, a qual conta com três professores. O terceiro capítulo foi pensado para ser uma pesquisa de campo realizado em uma escola municipal de Pirapemas MA1, que se encontra na zona urbana.

No primeiro diálogo, houve uma abertura para que fosse realizada tal pesquisa; no entanto, ocorreram alguns imprevistos e não foi possível o diálogo com as três professoras. Dessa forma, para dar continuidade ao trabalho, só foi possível realizar análise de dados, vale ressaltar que a análise de dados está condicionada às respostas que foram concedidas pelas professoras em relação às perguntas referente a organização e a aplicação da Lei 10.639/2003.

Além de ser um tema que faz questionar a história de vida da autora deste estudo, uma garota negra que vive no interior do estado do Maranhão, que não teve acesso às referências na mídia do protagonismo negro positivo na infância, por meio de desenhos animados e/ou livros literários de paradidáticos no ambiente escolar. A maior referência à resistência da própria vida foi a genitora da autora do estudo, a Senhora Irami Coelho de Souza Lima, mulher negra que sempre acreditou que a educação é a melhor alternativa para melhorar a vida. Convém lembrar que este tema permite assimilar os ancestrais da autora, que lutaram e manifestaram a cultura e o

1 A cidade de Pirapemas está a 184 Km da capital do Maranhão, São Luís.

saberes presente até hoje Essa luta só ocorreu pelo fato de que a população negra, historicamente, foi totalmente excluída do convívio social e não foram tratados com indivíduos que participavam da civilização, uma população que foi silenciada e naturalmente o racismo foi se tornando parte da rotina da população brasileira, refletindo em todas as esferas sociais. No cenário atual, exige-se reverter esse quadro, para que, na condição de futura pedagoga, esta pesquisadora consiga explorar e repassar informações no intuito de empoderar alunos desde a infância, a fim de que eles entendam que podem exercer qualquer profissão e podem ocupar um lugar na sociedade, que sua condição financeira, sua etnia e gênero não são motivos para desistir dos seus sonhos.

1. EDUCAÇÃO E PERÍODO ESCRAVOCRATA: COMO O CONTEÚDO TEM CHEGADO NOS BANCOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ao fazer uma análise da sociedade é possível perceber que, a população negra sempre esteve presente cultivando histórias, tradições e riquezas. No entanto, o pensamento eurocêntrico interligado ao preconceito complementou uma estrutura organizacional totalmente desigual, que se constitui em uma ordem classificatória por gênero, raça e classe social. O projeto inicial idealizado por alguns abolicionistas negros como Luiz Gama e José Patrício que atuavam como jornalistas em defesa da Liberdade.

Durante muitos anos, a história que foi repassar é que a princesa Isabel substituiu temporariamente D. Pedro II e generosamente ajudou a população negra, assinou um documento que colocava fim escravidão. Com isso os negros deveriam se sentir agradecido por ter uma pessoa mais especificamente uma princesa branca que passivamente libertou. Essa versão da história tornou-se agradável a população da época e conseqüentemente no século seguinte, pois é mais conveniente para que algumas pessoas narrar que uma mulher doce, respeitada pela sociedade com a voz serena decidiu contrariar a todas as autoridades para promover uma boa ação e libertar população esquecida pela sociedade, tornando-se corajosa, considerada admirada e digna de devolução. Entretanto ao debruçar a buscar, pesquisar informações atualizadas, percebe-se que essa narrativa expressa uma perspectiva equivocada.

Mediante a obtenção de alguns fatos sobre a assinatura da Lei Áurea, os abolicionistas desenvolveram estratégias e reivindicaram que a população negra pudesse está liberta tendo um suporte técnico e social para que eles pudessem se restaurar na sociedade de forma digna e instalando-se a igualdade e liberdade. Esse foi o projeto inicial idealizado por alguns abolicionistas negros como Luiz Gama e José Patrício que atuavam como jornalistas em defesa da liberdade.

A escravidão no Brasil promoveu inúmeras consequências negativas que possuem reflexos no cenário atual. No período da escravidão o sistema econômico era baseado na mão de obra dos escravizados, e atualmente as pessoas que exercem funções na base são as pessoas negras que não tiveram oportunidade para se dedicar a estudar.

Ao condicional olhar para o passado percebe-se as condições desumanas que as pessoas negras eram obrigadas a ficar, o tráfico africano era um processo muito doloroso, várias pessoas no navio sem direito a uma refeição, higiene básica, passavam meses viajando e quando chegavam no Brasil eram mandados para várias cidades do país. Além disso, esse movimento trazia muito dinheiro para o país além de ser mão de obra mais barata. O final do tráfico não possibilitou a sua extinção, criou-se o tráfico interno que movimentava a economia da época e faziam com que os fazendeiros que participavam no tráfico interno fossem considerados ricos. Outro fato que ocorreu o fim do tráfico externo, foi que não foi possível reconhecer que o Brasil era um país que condicionava escravidão, e que esse sistema escravocrata permaneceu, nesse período alguns escravizados do tráfico interno obtiveram acesso à educação e se tornavam mais caros. Nesse cenário, o processo de libertação ganhava força e a lei foi condicionada.

O funcionamento do sistema de escravidão certamente em oposição o sistema de liberdade e democracia. Nesse momento histórico para que uma pessoa negra alcançasse a liberdade era necessário passar por vários obstáculos, mas do que ela já estava passando.

A alforria poderia ser paga pelo escravo ou ser gratuita. E ainda condicional ou incondicional. As alforrias condicionais eram - como o próprio nome já diz - condicionadas ao exercício de algum tipo de obrigação após a libertação. Esta poderia ser exigida por um tempo determinado, alguns anos, ou até mesmo por toda a vida de um escravizado. Às vezes o serviço devido só cessava quando da morte do senhor ou de sua esposa. As alforrias condicionais colocavam o escravizado em um meio termo entre a escravidão e a liberdade. As alforrias gratuitas em geral eram dadas àqueles escravos

considerados pelos senhores como fiéis e obedientes, ou ainda como agradecimento a algum tipo de serviço prestado. O problema é que a maior parte das alforrias gratuitas era condicional, o que mostra que mais do que ser benevolente com o escravo, o senhor poderia estar querendo garantir sua fidelidade até o fim da vida. (AMARAL, p.17-18)

As pessoas negras conseguiam “liberdade” através da soma ou não foi que eram documento que permite libertação iniciação à sociedade de forma legal. Ao aprofundar estudos na história encontra-se perspectivas diferentes sobre o período escravista, um olhar a partir da visão da população negra que sempre resistia de diferentes formas a escravidão. Não há muitos registros nos livros sobre os movimentos de abolição que promovia ideias para a libertação dos escravizados, eles faziam encontros culturais para reafirmar tradições culturais, lutando para que as leis do Ventre Livre, Sexagenário e Saraiva.

Essas leis foram criadas para dar mais oportunidades e melhorar as condições de vida da população negra. Entretanto, na prática nem sempre era possível que a lei fosse realmente cumprida beneficiando o que era de direito das pessoas negras. Mediante o sistema de desigualdade estabelecido no país a escrita de jornais, livros e revista geralmente eram escritas por pessoa brancas, que de acordo com seu ponto de vista afirmava fatos que chegaram nos livros didáticos das escolas, afirmando ideias de que a pessoa escravizadas certa forma conscientizam a escravidão, mas não foi isso que aconteceu, e para ter informações com outra versão da narrativa, precisa-se está disposto a pesquisar, questionar o seu lugar de fala e em seus privilégios.

Além disto, vale destacar que, os homens e mulheres que foram submetidos a escravidão participavam ativamente na luta contra a escravidão, alguns manifestavam-se em silêncio já que não podiam se expor, mas davam um jeito de contribuir contra a desigualdade, eles organizaram-se para que a lei Áurea que foi assinada em 13 de Maio de 1888 garantisse uma estrutura de reparação aos negros, possibilitando condições para a sua inserção a sociedade, porém essas medidas foram excluídas e a lei foi assinada deixando a população negra em circunstâncias precárias sem possibilidades que se restabelecer no "novo convívio social" A população negra resistia, lutavam fisicamente organizavam reuniões para elaborar fugas e para suas tradições não cai em esquecimento, era uma maneira de sentir-se importante ao pertence a um grupo social. Alguns que conseguiram frequentar fazenda e ter acesso a rotina dos brasileiros eram escravos com tom de pele mais

claro, descobriam os assuntos iam contar para os amigos negros que ficaram atentos às informações sobre os passos para capturar escravos foragidos, na medida do possível eles resistiram ao sistema opressor.

Deixados à margem da sociedade brasileira, a população negra continuava trabalhando muito, porém as condições de trabalho obtiveram alguns avanços devido ao movimento negro, no entanto, favorável aos requisitos do alicerce racista e desigual já estabelecido fazia com que algumas atitudes associada ao momento da escravidão permanecesse presente, tais como a falta de remuneração, sem reconhecimento, literalmente ele só trabalhavam para comer, em consequência disso, esse grupo começou a ocupar os bairros mais pobres da cidade, já que não possuía condição para residir no mesmo ambiente que os seus patrões, criando assim as comunidades que quase não obtinha recursos econômicos e sociais.

Porém, antes desta mudança as pessoas escravizadas fugiam para os quilombos que geralmente não ficavam muito longe das fazendas, eles mantinham sua sobrevivência através da pesca, da caça e criavam alguns animais, esse local era construído majoritariamente pela população negra que fugia da escravidão. Essa comunidade tornou-se um dos desafios dos fazendeiros, já que fazia com que pessoas negras pudessem estar reunidas para lutar contra o sistema opressor e conseqüentemente sofria ataques dos fazendeiros. A vida das mulheres que moravam nos quilombos também não era fácil, em certo momento tinha que distanciar de sua família, elas aprenderam a lutar para se defender quando necessário for.

A assinatura da lei Áurea possuía o objetivo de dá fim na escravidão, mas se tornou uma falsa promessa de liberdade, devido a lei não ter desenvolvido política pública que assegurasse a reinstalação as pessoas negras contrariando as ideias dos abolicionistas que planejava uma organização que beneficiava os afro-brasileiros “[...] Previam a distribuição de terra e a doação de sementes para os escravos então libertos poderem de fato ser emancipação[...].” (NUNESS, 2018, p.102).

Assinatura da lei que libertava a população da escravidão, foi motivada por ser conveniente para setor econômico e político, devido a situação instável que o país de vivia, a melhor alternativa seria o encerramento da escravidão, paralelamente as fugas dos escravos e ações dos abolicionistas foram fatores determinantes para que fossem decretado o fim da escravidão no Brasil.

Após a assinatura da Lei Áurea a população negra ainda permanecia em condições precárias, ocorreu uma mudança na denominação do trabalho de escrava

doméstica para empregada doméstica. Na visão de Pereira (2011, p.02) “No final do século XIX o trabalho doméstico passa a configurar como meio de sobrevivência, com o fim da escravidão o mundo do trabalho passa outras configurações do ponto de vista jurídico[...]”. Verifica-se que, a divisão do trabalho continua desigual, a elite composta por senhores brancos com o poder aquisitivo maior e a população pobre composta por negros recém-libertos, considerados "sem qualificação profissional".

Os portugueses ao chegarem no Brasil encontraram uma terra fértil, alimentos e diversificados e moradores, os índios, pessoas que possuem costumes, escultura e riquezas totalmente diversificada contrariando cultura dos portugueses, que ao avistar uma terra fértil sentiram-se no direito de se apossar de um ambiente que não era seu, aos poucos local foi dominado pelos portugueses. A cultura dos portugueses foram se tornando obrigatórias, e os índios e os negros obrigados a deixar sua crença e se adaptar aos novos costumes.

Os religiosos eram responsáveis pelos colégios, os jesuítas apontam os castigos aos escravizados até a certo ponto, não poderia ter excesso. Os negros eram castigados fisicamente, mas, não poderiam apanhar tanto ao ponto de não poder realizar as tarefas. Na segunda metade do século XIX o processo da leitura e da escrita ocorria de forma separada. Depois de 1860 perceberam a importância do processo de escolarização para os escravos libertos pra que eles estejam preparados para a "inserção" a sociedade.

Ao pesquisar sobre o procedimento leitura e escrita da população negra no período de escravidão há pouco documentos que registram essa narrativa. No livro "A história de educação dos negros no Brasil" de Marcos Vinícius Fonseca ele apresenta informações que possivelmente os negros(as) que chegaram em solo brasileiro viviam em uma sociedade organizada letrada antes de serem obrigados a serem escravos, esses dados tornam-se divergente imagem que se mantém sobre a cultura africana. As declarações de alguns autores direcionam a acreditar que os escravizados tiveram admissões da leitura e da escrita fora da sala de aula.

Ao investigar as assinaturas em testamento de forros, percebe-se que eles sabiam da importância do processo da escrita e da leitura, alguns deles não sabiam assinar seu próprio nome, só faziam um sinal de cruz e mesmo assim verbalizava que sabia do processo da escrita, pois tinham conhecimento que o simples fato de afirmar que sabiam assinar, o colocava em uma posição de sabedoria e o conduzia a um nível sociedade maior do que eles encontravam. Mediante aos fatos mencionados constata-

se que o processo educacional no Brasil se deu em uma configuração desordenada. O ensino de História segue esse mesmo panorama. Inicialmente os livros que contemplavam o ensino de História advém do modelo da França, com isso a disciplina de História que expressa narrativa do país era pouco trabalhada.

Com passar dos anos houve a necessidade da criação dos livros didáticos de origem brasileira, mediante a situação econômica não está favorável para o Brasil. O livro didático sofreu alterações de acordo com o cenário social, econômico e político do país. Pode-se exemplificar o período do golpe civil-militar de 64, que nessa época de guerra, os governantes tinham a intenção de minimizar as consequências deste confronto e queriam passar a impressão e fazer os cidadãos ficarem com um comportamento pacífico, então, o livro retratava um contexto patriarcal.

Os livros didáticos tornaram-se gratuitos por intervenções de investimentos das editoras. Desde então o sistema de distribuição de livros nas escolas passou por alterações "Em 1993, foi criado pelo MEC um grupo para avaliar a qualidade dos livros didáticos produzidos pelas diversas editoras do país. (SILVA, FONSECA, p. 13, 2010 apud VOGT; BRUM, 2016, p. 55). A partir deste momento, os livros criados com investimento público, necessitava ser avaliado pelo MEC. Essa avaliação ocasionou também um clima de discussões e tensão. Entretanto, ocorreu um sistema de parceria, pois os especialistas do MEC faziam alterações que era repassado por meio do guia do livro didático e a escola verificava as alterações.

A lei 9.394 representa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica criada no dia 20 de novembro de 1996. Nesta lei certifica os direito da educação, coordenar os níveis de ensino, proporciona um suporte para os professores. A Lei de Diretrizes e Bases também é designada como Darcy Ribeiro, devido ele está no cargo de senador e auxiliar a construção da lei. Vale citar que a LDB também é intitulada como Carta Magna da Educação, por ser vista na época comum documento de fundamentação para os direitos educacionais.

Em 2003 a LDB estabelece a lei 10.639/03 que tem o propósito de inserir a história e a cultura afro-brasileira nas diversas modalidade de ensino. Para o estabelecimento desta lei, sucedeu-se manifestações, reiniciações para que houvesse a instalação dos conteúdos que tratassem da valorização e ensinamento da cultura afro-brasileira. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases " § 4º O ensino de História no Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, é especialmente das matrizes indígenas, africana

e europeia" (BRASIL,2017, p.20). A iniciação da cultura afro-brasileira no ensino escolar promoveu acolhimento das tradições e valorizar a autoestima dos alunos(as) negros(as).

Na escrita acadêmica do artigo de Olgário Paulo Voga e Milone de Barros Brum, eles expõem a exploração de três livros de história de 1980 e ao analisar, percebe-se que os livros só fazem referência às pessoas negras no período da escravidão, não expõe textos sobre a valorização da cultura afro-brasileira. Condiz pronunciar que os livros verificados não fazem reflexões sociais e políticas para que os alunos façam indagações sobre o momento histórico mencionado nos livros, como também referenciar o período histórico com o presente momento, não destaca o negro(a) como protagonista da sua própria história.

E é através dos movimentos, reivindicações e debates que promovam reflexões acerca da forma com que os conteúdos sobre a história africana estão expostos nos livros, com isso os livros foram sendo criado com uma nova perspectiva, dando mais visibilidade e protagonismo aos indivíduos negros abrindo espaço para a mulher negra também. Os livros didáticos possuem metodologias diversificadas, sendo ela integrada e expõe encadeamentos cronológica e a metodologia temática, sendo que assunto são sistematizadas por temas.

1.2 O conceito de uma educação decolonial e a importância da lei 10639/2003

1.2.1 Educação decolonial.

O processo de descolonização já é mencionada algum tempo, entretanto não atingiu todas as expectativas almejada. Para que ocorra a de centralização é necessário tornar democrático conhecimento, fazer com que as oportunidades sejam acessíveis ao público que é considerado vulnerável. Compreende-se que a estrutura decolonial é uma nova forma de pensar o mundo, deixando de observar a sociedade verticalmente e passando a pensar de maneira horizontal, ou seja deixar as influências europeias a parte e dá vida aos distintos modelos de cultura e filosofia de vida.

A educação na forma decolonial é colocada em prática o que as leis educacionais indicam, valorizar as leis, conhecimentos, crenças que os alunos desenvolvem no ambiente escolar a filosofia de vida, cada educando forma sua personalidade seus ideais e em certas situações quando os indivíduos aprendem e desenvolvem um olhar eurocêntrico é preciso trabalhar a descolonização. A autora

Chimamanda menciona que quando uma história só tem uma versão e é repetida várias vezes e por vários anos termina se tornando verdadeira na perspectiva de quem sempre houve uma única versão dos fatos. (2019, p. 22)

Declara-se viável produzir uma educação decolonial, visto que eu ocorri iniciativas por parte de grupos formados por negros e indígenas. O procedimento de colonização foi muito agressivo, como já mencionado nesse texto, o olhar eurocêntrico sempre se destacou e carregou consigo a ideia de modernidade.

Esse elemento, identificado como a colonial idade do saber, é uma atitude eurocêntrica diante do conhecimento, que utiliza a partir do Iluminismo a ideia de que apenas o conhecimento científico produzido pela elite científica e filosófica da Europa é verdadeiro, racional e objetivo. (RIBEIRO, p. 3114)

Existem diversas formas de saberes e a escola/universidade é um local próprio a promover esse tipo de temática levando em considerações as reivindicações dos grupos sociais. No ensino superior, convém ser integrado ensinamentos sobre a cultura afro-brasileira e africana para que estes conhecimentos sejam trabalhados na academia de forma científica e que carregue saberes para a vida. Decolonizar o espaço acadêmico que por vários séculos foi restrito a pessoas que fazem parte da elite.

Nós que Professores universitários têm uma liberdade tremenda na sala de aula. Nossa maior dificuldade é compartilhar conhecimento a partir de um ponto de vista sem preconceitos e/ou descolonizado com estudantes que estão profundamente envolvidos com a cultura do dominador que não se abrem a aprender a novas formas de pensar e de saber. (HOOLKS, 2009.p.57)

Uma das modalidades da educação que faz grande contribuição para a descolonização é a educação quilombola, que foi instituída em 2012. O ensino da educação quilombola desenvolveu-se os ensinamentos e a valorização da cultura afro-brasileira e africana, reconhecendo os saberes as tradições cultivadas nos quilombos com o intuito de que os estudantes compreendam que os seus conhecimentos adquiridos em sua comunidade pode estar presente no âmbito acadêmico, que os educandos estejam conscientes que podem se tornar pesquisadores de suas histórias e podem contar e recontar na perspectiva de quem realmente conhece o quilombo, desmistificando os estereótipos.

A princípio o ensino de história era ministrado no Brasil em um formato tradicionalista, com pouquíssima, quase nenhuma participação ativa dos alunos os livros de história ocupavam informações relevantes sobre o continente Africano, em certas situações até mencionava, porém, não dava a devida atenção. Ao ser

sancionada a Lei 10.639/03 houve uma reorganização no ensino, entretanto ocorreu vários obstáculos os livros não estavam compatíveis ao que a lei determinava, evidenciando e apresentando investigações detalhadas sobre os atos. Os livros didáticos costumam reproduzir o formato de filosofia de vida que a sociedade apresenta e de ideologias eurocêntrica acarreta vários problemas, e é decorrente que alguns indivíduos expliquem que a África é um país, sendo que é um continente composto por 54 países.

A idealização criada sobre o continente africano é sinônimo de extrema pobreza, pessoas com vírus da Aids, essas informações foram constituídas por falta de referências verídica tantos nos livros didáticos quanto no setor midiático. Ao observar o passado, mais especificamente quando os europeus invadiram o continente Africano, fizeram uma descrição que encontraram uma cultura e pessoas diferentes do que estavam acostumados, no entanto afirmaram que a população africana eram monstros, utilizavam palavras negativas e o dialeto que foi usado por vários séculos construiu para o posicionamento racista. Os livros de história que somente apresenta o sofrimento sem retratar as diversidades, seguindo a linha eurocêntrica faz com que seus leitores possivelmente sigam essa linha de raciocínio.

Para debater sobre a educação brasileira e o currículo escolar é necessário observar documentos essenciais como a Base Nacional Comum Curricular(BNCC), que é um documento que visa uniformizar o ensino em todo o país levando em consideração as diversidades de cada região. Ao consultar a BNCC observa-se a expressão.

“Educação das Relações Étnico-raciais”, é para fazer menção à legislação que trata da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação Básica”. (SILVA e SILVA, 2021, p. 565)

Este documento possui o caráter de lei, tornando-se obrigatório o seu uso ao fazer planejamento das aulas. De acordo com Cavalleiro (1998, p.198) "O silêncio que atravessa os conflitos éticos da sociedade é o mesmo silêncio que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola"

A lei 10.639/03 possui o propósito de debater questões étnico-raciais no ambiente escolar, leva as heranças culturais, sociais e econômicas da história africana e afro-brasileira, sendo apreciada de forma positiva. A presença dessa lei pode ser aplicada em todos os níveis da educação, consta-se que algumas escolas não fazem

a real abordagem do tema, pois não é de costume a realização de assuntos que fogem do padrão. É perceptível o conceito de Bourdier, quando ele expressa a ideia de que as escolas legitimam as desigualdades, e para modificar esse cenário, pode-se começar aplicando os conhecimentos sobre a cultura africana em sala de aula. De acordo com Fonseca, Silva e Fernandes o normativo legal que configurava a obrigatoriedade do ensino de História voltado para explicar a ancestralidade dos africanos e afro-brasileiros teve participação dos movimentos sociais.

A implementação da Lei nº 10.629/03 de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem se somar às demanda do Movimento Negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais, que se mantêm atento à luta pela superação do racismo na sociedade, de modo geral, e na educação escolar, em específico. Estes grupos partilham da concepção de que escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha respeito à diversidade com parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade. (FONSECA, SILVA, FERNANDES, 2011, p.41)

A Lei 10.639 e possui inúmeras afirmações positivas, e é relevante mencionar que esta lei promove a busca por melhores oportunidades de realizar a igualdade social, econômica e política tornando possível viver em um local harmônico acessível a um ensino educacional de qualidade e que contemple as mais variadas culturas, religiões respeitando a singularidade de cada indivíduo, torna viável a educação étnico-racial apresentando sobretudo respeito pelas tradições afro-brasileiras e africanas como também as demais culturas.

Percebe-se que só foi possível inserir a cultura afro-brasileira dentro da sala de aula por meio de mecanismo legais. E mesmo assim, ao conferir a base percebe-se que tanto o primeiro e o segundo ano do ensino fundamental não retrata essa temática, os assuntos que convém ser abordados remete aos acontecimentos do passado que reflete até hoje.

2 HERÓIS E HEROINAS DO PERÍODO ESCRAVOCRATA SILENCIADOS NA ESCRITA HISTÓRICA: UM OUTRO OLHAR PARA POPULAÇÃO NEGRA

A história brasileira foi constituída sob as desigualdades, criaram-se raízes que até hoje ainda persistem em aparecer, as definições da estrutura social foram estabelecidas no cenário totalmente limitador, onde as questões de gênero e de raça são componentes para a classificação do perfil a ser aceito ou não, isso ocorre em

diversas esferas sociais. Por vários séculos o pensamento eurocêntrico desenvolveu um poder muito forte no meio social em vários setores levando vários problemas econômicos, políticos e essa circunstância aprofundou a ocultação de uma população que foi obrigada a se tornar subalterna, conseqüentemente todas as ações e efeitos que a população Africana e afro-brasileira desempenhou foi mantido em segredo, percebem que essa atitude reproduz reflexo na atualidade e foi legível abordar tais assuntos em setor no setor educacional.

A autora Jade Arras elaborou sue o livro heroínas em 15 cordéis depois de observar que existem poucos livros/textos que abordam as grandes contribuições das mulheres negras, pode-se mencionar; Anastácio Antonieta de Barros, Esperança Garcia, Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Maria Firmina, Maria Felipe entre outras mulheres que não concordavam com a condição que a sociedade lhe colocava e utilizaram as ferramentas que obtiveram para revolucionar o seu meio.

É possível mencionar os homens negros que contribuíram para a luta antirracista Martin Luther, Malcolm X, Zumbi dos Palmares e Luis Gama pessoas que dedicaram suas vidas para que as futuras gerações obtivessem mais oportunidade e acessibilidade na educação de hoje tem novas metodologias, projetos voltados para o entendimento e reconhecimento da valorização dos ensinamentos africanos é devido as lutas que ocorreram no passado.

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipada, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade. (CARNEIRO, 2011, p.71)

Estes heróis e heroínas estão quebrando os paradigmas que foram criados para oprimir e vendas as suas grandes contribuições. Essas pessoas lutaram para que hoje fosse possível viver em um local “livre”, para que as gerações atuais obtivessem mais oportunidade de se expressar, de falar sobre vários assuntos sem que fossem silenciados, bem como também dando oportunidades para que outros nomes surgissem para dá continuidade ao trabalho da divulgação e propagação dos conhecimentos que fazem parte da ancestralidade africana, pode citar Djamilia Ribeiro, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Eliane Cavalleiro, Cidinha da Silva, Bianca Santana e tantas outras mulheres que desempenha um papel importante na sociedade brasileira, sobretudo no campo educacional.

Mulheres que inspiraram pelo cultivo dos traços, cabelos, vestimentas, trabalhos, argumentos que evidenciam a sua afeição e admiração pela ancestralidade africana. Esse trabalho é decorrente de anos de estudo, dedicação e trabalho, uma forma de melhorar e ampliar o olhar. Uma luta constante que mesmos com todos os obstáculos, desânimos, é evidenciado o poder, o cuidado, a afetividade, respeito por os antepassados e pela geração atual, não é um processo simples relembrar os momentos de sofrimento, causa revolta, tristeza e ao mesmo tempo sente-se instigado a contribuir de alguma forma para o bom desenvolvimento social. Faz parte relembrar o passado, entender os motivos que condicionaram essa situação das mulheres negras.

A invisibilidade das mulheres no âmbito social é decorrente da organização estrutural e ao mencionar as mulheres afrodescendentes, torna-se mais difícil acessar as suas contribuições, pois o grupo feminino afrodescendente era um dos últimos a ser citado, isso ocorria em diversos setores.

De acordo com CAVALEILLO (2000, p.98) “O silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação”. Mesmo quando todo o contexto era negativo, favorecendo a desistência e ao comodismo, existiam mulheres que se negavam a conceder a subalternidade.

No período da escravidão as mulheres usavam as armas que tinham na época, as tranças nagô como é conhecida atualmente como penteado de festa e dá valorização cultural, no período escravocrata era utilizada para desenhar o caminho de fuga até chegar aos quilombos, segundo as tradições as mulheres se encontravam para trançar os cabelos das crianças e assim que os homens observavam os desenhos na cabeça das crianças, sabiam o trajeto e os atalhos que deveriam seguir para não serem capturados e chegar ao quilombo, isso mostra os saberes, a esperteza e a memória visual que estas mulheres tinham para aprender as rotas, era a maneira com que elas encontravam para ajudar e reivindicar a sua indignação, esse conhecimento deveria ser exposto em sala de aula.

A invisibilidade é uma entre tantas consequências que o racismo ocasiona, a sensação que se obtém é que, para ser realmente notado na sociedade precisa ser branca(o). O ator Lázaro Ramos em seu livro "Na minha pele" expressa ideia sobre sua trajetória profissional e pessoal e expressa: “Porque o racismo prega peças, nos faz muitas vezes desejar a identidade do outro” (RAMOS, 2017 p.73). Em certas

situações, algumas pessoas negras já desejaram ser branca, pela facilidade que teriam, de não enfrentar tantos preconceitos, de poder caminhar tranquilamente na rua sem ter medo, possuir um perfil do branco, o cabelo liso, olhos e pele clara e tantas outras formas de privilégio que alcançaria.

Discorrer acerca da representatividade negra é essencial para todos, sobretudo para a população afro-brasileira, é se debruçar na memória do Brasil, compreender toda a linha do tempo, os motivos que levaram a existência das desigualdades racial, cultural e de gênero, é perceber que mesmo com o fim da escravidão em 1888, existe uma remodelagem do sofrimento negro, é ser uma pessoa branca e assimila o seu papel na sociedade saber se os privilégios e lutava para que pessoas negras consiga não ter dignidade, tem melhores oportunidades de estudar, trabalhar, saneamento básico, tem direito de viver bem.

A forma com que os indivíduos desenvolvem o seu gosto cultural prestigiando e consumindo determinados produtos está relacionada com o comportamento da sociedade, pois entende-se que apreciar/gostar de algo que costuma ser bem visto pelo meio social é mais aceitável do que por outro caminho, contrariar as concepções sociais é enfrentar várias batalhas.

As problemáticas em virtude da invisibilidade exprime a forma com que percebe o mundo, os indivíduos a maneira com que se orienta os conhecimentos refletem diretamente nos educandos, como a suas perspectivas serão para que todos possam assistir/ler/ouvir histórias e as manifestações culturais que transcorre de forma saudável. O processo de edificação da memória é produzido tanto por experiência individual quanto em grupo. Certos acontecimentos podem ser marcantes e determinar o modo com que a sociedade se organiza, em um meio em que por séculos foi dominado pelo indivíduo do sexo masculino, branco e heterossexual e que predominou a versão eurocêntrica e saberes foram construídos a partir dessa premissa, e conseqüentemente foi deixado os conhecimentos africanos, nesse caso trata-se de silenciar uma população que além de ser obrigada a aderir outra cultura, fica presa em um viés de angústias e revolta que são vistas como pessoas "não civilizada".

A memória coletiva baseia-se nas concepções de fatos históricos que obtiveram significados coletivo e que ao perpassar por momentos do passado que possuem efeito muito forte no presente, esta memória existe em um grupo que tem lembrança que causam tristeza, aflição e angústia em saber que certas situações

foram consideradas aceitáveis, tal qual a escravidão que permaneceu por séculos e que até hoje desenvolve um efeito causado pela desigualdade, a falta de conhecimento positivo sobre as tradições afro-brasileiras e suas grandes contribuições.

2.1 A questão gênero racial na sociedade

Ao averiguar a atuação da mulher negra no ambiente social verifica-se que elas passaram por inúmeros dilemas, e para compreender é necessário examinar a sua trajetória desde o período da escravidão. Há pouco os documentos que expõem a presença das mulheres negras, entretanto o que é exposto é que a mulher africana ao chegar em terra brasileira por meio dos navios negreiros, que como já foi citado anteriormente não foi um processo tão simples de ser vivenciado. No sistema de tráfico a venda de mulheres negras eram bem menor do que a dos homens negros, esse episódio ocorria por que os homens eram considerados com maior força física, seguindo esse pensamento os homens contribuíram mais, porém as mulheres negras serviam na lavoura e nas tarefas domésticas.

As mulheres negras desempenhavam papéis relevantes, não aceitaram o regime de escravidão e iam contra com essa situação. Elas preservavam as tradições e a família negra, cuidavam da plenitude física e psicológica dos homens e dos seus filhos. Auxiliavam nas fugas dos escravizados. Contribuíram para a manutenção dos costumes da cultura e das comidas típicas do seu povo, para que as futuras gerações pudessem conhecer as riquezas culturais, e também eram uma forma de manifestar-se contra as imposições dos fazendeiros. Outrossim elas não queriam que seus filhos e maridos fossem vendidos separadamente, a alternativa que as mulheres negras encontravam era de ameaçar a não fazer as suas tarefas, os fazendeiros sentiam receio que sua comida fosse envenenada pelas mucamas e em suas casas eram escravizadas.

O trabalho doméstico era composto por várias atividades, cozinheira, babás, lavadeiras entre outros. Constata-se que, esse serviço era predominante exercido por mulheres negras, decorrente da formação social desigual, a falta de oportunidades ao ser feminino afro é notável, quase impossível imaginar que neste contexto histórico uma mulher branca pudesse assumir as tarefas domésticas que era imposta as mulheres negras. A herança do desequilíbrio social e econômico instalado no Brasil

contribuiu verdadeiramente para propagação da fragmentação das questões raciais e de gênero, já que o ser feminino sempre foi considerado frágil o "menos inteligente".

Outro fator que contribuiu para a desigualdade era os valores da atribuído ao gênero, a hierarquia entre homens e mulheres, e dentro dessa estrutura de hierarquização a mulher é uma personagem coadjuvante na sociedade e a presença da mulher negra era totalmente inválida. Historicamente o homem branco deteve do poder, a mulher não negra era responsável para cuidar dos assuntos domésticos e da criação dos filhos, e tinha a população excluída que era os negros, que era usados para os serviços manuais, o absurdo é ainda maior quando se tratava da mulher negra, já que ela não estava na hierarquia, ela não existia. Na percepção de Araújo (2013, p.25):

"Quando falamos do papel atribuído às mulheres, queremos nos referir a concepção de gênero, em que as relações sociais são construídas e percebida enquanto diferenças físicas entre os corpo de homens e mulheres. Dessa forma, as relações de gêneros passam a ser reduzidas a uma demissão natural e imutável, no caso das mulheres em geral e, das negras escravizadas em particular".

É expressiva a grande diferença entre homens e mulheres, sobretudo quando volta o olhar para o tempo da colonização em que elas eram silenciadas, a mulher negra era vista como algo desprezível, denominada como "mulata" que deriva de mula, que vem do cruzamento do cavalo com a égua, dessa forma referia-se à infertilidade da mulher negra, que estava fora do ambiente da maternidade. Por vários séculos o ser feminino afro foi considerado propriedade do homem branco, classificadas como selvagem, corpo sedutor, da cor do pecado, serviam como objetos sexuais e como reprodutora para garantir a mão de obra escrava, sofria violências físicas e psicológicas.

Essa visão revelar atrocidade como o corpo feminino negro era compreendido de acordo com os pensamentos racistas e machistas, esses estereótipos iam além, estabelecia a falta de inteligência e de cultura destas mulheres, resumindo as condições de somente mão de obra e satisfação dos prazeres dos homens, sobretudo do homem branco. Devido as relações violentas entre senhores branco com a escrava, as meninas negras que nasceram com a pele mais clara fruto desses abusos, poderiam frequentar casa grande, serviam como mucamas, essa era a denominação

para as mulheres negras responsáveis de cuidar de suas patroas e seus interesses, elas cuidavam de suas joias, acompanhavam em suas caminhadas até a cidade, costurava, lavava e passava, dava os laços das roupas e das sapatilhas, dava os recados e preparavam os banhos e suas patroas.

É conveniente recordar-se de que, mesmo com o cenário tão devastador que elas se encontravam, não deixavam de lutar contra o sistema sexista, racista e torturado. Um grande exemplo é Dandara existe poucos registros sobre ela, sabe-se que ela cresceu no quilombo de Palmares, casou-se com o líder Zumbi, ela o acompanhou nas lutas contra o antigo líder do quilombo, ela acreditava que seu povo possuía o direito de uma vida melhor, lutou para defender sua comunidade e ela teria cometido suicídio ao ter que voltar para a vida de escrava.

"Quilombo dos Palmares ainda menina. Não era muito apta só aos serviços domésticos da comunidade, plantava como todos, trabalhava na produção de farinha de mandioca, aprendeu a caçar, mas, também aprendeu a lutar capoeira, empunhar armas e quando adulta liderar as falanges femininas do exército negro palmariano. Dandara foi uma das provas reais da inverdade do conceito que a mulher é o sexo frágil" (Grifos nossos)

Indiscutível que a trajetória de Dandara foi marcada por grandes obstáculos, é inegável a extrema importância da presença de Dandara, era uma mulher que estava à frente do seu tempo, contrariando todas as estatísticas, por ser mulher negra, entretanto sua história continua sendo invisível para uma parte da população brasileira. Talvez não seja difícil compreender os motivos que faz a narrativa dela não ser encontrada nos livros de história disponível nas escolas públicas, essa circunstância é decorrente das consequências da estrutura social, que reafirma a não valorização da cultura negra. É indubitável que a falta de compartilhamento da história de Dandara para a população negra traga consequências negativas, já que se trata da omissão da cultura. E que as crianças necessitam ter o contato com a história por completo, sobretudo as meninas negras, para poder saber o potencial que uma mulher negra pode ter.

Pode-se afirmar que, em razão do sistema desigual há poucos documentos oficiais que relatem o processo educacional iniciais das mulheres negras. Historicamente a taxa de analfabetismo torna-se expressiva com relação a população de baixa renda que paritariamente era composta por negros, mesmo com o passar

dos anos essa perspectiva andava a passos lentos, mas o movimento negro esteve em luta para mudar esta realidade. O Sistema educacional tornou-se mais democrático, possibilitando a educação pública, porém não conseguia que todos estudassem, já que crianças e adultos precisavam trabalhar para sobreviver. Convém lembrar que, primeiramente o ensino era somente para os homens. Com o passar do tempo o ensino se estendeu a mulheres, educação oferecida eram de como ser boas cozinheiras, lavadeira, as babás profissões que já estavam destinadas a elas.

No início do século XX as militantes feministas eram em sua maioria de classe média e universitária, ou também para ter direito ao voto, com o passar dos anos a pauta do grupo se ampliou, em 1980 criou-se o Conselho Estadual da condição feminina do Estado de São Paulo, o assunto mais comentado era sobre a saúde da mulher, com planejamento social que tinha como objetivo atender todas as mulheres através do sistema de saúde oferecido na época o INAMPS, Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. Outros temas foram incluídos e a partir disso surgiram algumas críticas, já que essas ações eram destinadas para todas as mulheres, porém esse movimento era liderado por mulheres brancas de classe média alta.

Algumas mulheres afrodescendentes indagaram a falta de abordagem racial no projeto feminista. No ponto de vista de Masco, Maio e Monteiro (2012, p. 135) afirmam que “O 3º encontro feminista da América Latina e do Caribe que ocorreu em Bertioga, São Paulo, em 1985, foi fundamental para a mobilização do feminismo negro.” Podendo assim, relatar a violência e as dificuldades da sobrevivência da mulher negra, violência doméstica racismo entre outros. A partir da década de 1970 surgiu o feminismo negro, movimento destinado a debater sobre as questões raciais e a luta para que mulheres negras pudessem ter sua presença aceita na sociedade brasileira, convém lembrar que uma questão relevante é que no movimento negro era quase nulo a presença da mulher afrodescendente, os cargos de poder eram compostos por homens, e essa cultura advém do sistema de hierarquização de gênero.

A consolidação do feminismo negro veio com as criações das ONGs, sendo elas Nzinga- Coletiva Mulheres Negras (RJ), Fala Preta(SP) entre outras, como propósito de mudar o cenário cruel de violência e da invisibilidade da mulher negra. De acordo com a filósofa Djamila Ribeiro em seu livro “O Que É O Lugar De Falar?” “Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada em uma

sociedade desigual logo para que pensemos em um novo modelo de sociedade” (Ribeiro, 2017, p.09).

De forma simples, compreende-se que, o feminismo negro reivindica melhores condições para a vida da população negra, sobretudo para as mulheres negras, para que elas possam trilhar seus próprios caminhos de forma segura e consciente, estabelecendo um novo olhar e novas oportunidades para a transformação de uma sociedade heterogênea em um ambiente confortável e justo para todos. O movimento começou a ter mais visibilidade quando mulheres negras passaram a frequentar congresso e grandes eventos. Segundo a filósofa Djamila Ribeiro, "Existe ainda, por parte de muitas feministas brancas, uma resistência muito grande em perceber que, apesar do gênero nos unir, há outras especificidades, que nos separam é afastam” (Ribeiro,2015, p.35)

A colocação dos estereótipos em relação a mulher afrodescendente reflete em sua saúde mental e relações pessoais, criando assim a solidão da mulher negra que está associada a ela não fazer parte do símbolo de beleza padrão. A presença da mulher preta foi se desenvolvendo da forma de subalternas, as consequências dessa visão é que elas são deixadas de lado, pois segundo os padrões impostos pela sociedade a mulher negra é para momentos de diversão, torna-se absurdo essa visão. A implementação dessas informações incoerentes são repassados para os homens, sobretudo para os homens negros, e de modo consequente que ele reproduz essa visão, de que a mulher certa que deve compor uma família e a mulher branca.

Vale ressaltar que, não se trata de questionar os sentimentos dos casais interracialis, mas de indagar porque a idealização da mulher perfeita para poder se relacionar ainda é aceito no mundo, já que todas as mulheres são belas cada um do seu jeito. Mas mulheres negras acabam sendo colocadas em segundo plano, em sua maioria são mulheres que se tornam mães muito cedo, criam seus filhos sem a presença do pai da criança, sobrecarregando mais ainda, já que passam a maioria do seu tempo fora de casa trabalhando, isso quando conseguem um emprego. Fica longe da sua realidade tirar um pouco do seu tempo para se dedicar a manter os cuidados, com a sua saúde física e psicológica, essa é o contexto familiar de muitas brasileiras.

A importância da mulher negra em outros espaços sociais faz com que mude os padrões estabelecidos como o propósito de mostrar o poder que essas mulheres possuem para que as crianças negras possam se sentir representadas e que irão ocupar os grandes espaços de trabalho. O histórico cultural classifica e a coloca como

um ser que não deve ser amado, e essa temática percorre em vida toda, na infância as crianças tem pouquíssimas referências de conteúdos infantis com personagens negros, e quando se tem, é um só personagem negro e vários outros brancos, a acessibilidade de bonecas e bonecos negros é quase nulo. No âmbito escolar as meninas negras não são chamadas para fazer parte das apresentações como protagonistas, observa-se o relato de Djamila Ribeiro em seu livro “Quem Tem Medo de feminismo Negro?”.

Precisei insistir para fazer a leitura principal do Dia do Livro. A professora havia escolhido uma colega de classe branca de cabelo liso que não lia bem. Eu já lia com fluência, mas mesmo assim a professora relutou. Já estávamos bem perto do dia da apresentação e a outra menina não evoluiria nos ensaios então a professora não teve outra não teve opção a não ser me escolher. Me saí muito bem no evento e recebi elogios de professores e pais. (RIBEIRO, 2018 p.08)

Essa é mais uma realidade da infância de várias outras pessoas negras a falta de oportunidade causada pela concepção social de que o ser negro é inferior ao branco. A desnaturalização da força surreal que é imposta a mulher negra contribui para ruptura da solidão da mulher preta, assim como a criação de um suporte ou espaço para conversar, que sim, a mulher negra possui fragilidades, dores, sentimentos e que precisa de cuidados.

3. A INVISIBILIDADE DE DANDARA: SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O AMBIENTE ESCOLAR.

Na história brasileira o refúgio para os quilombos tornou-se um momento marcante, sobretudo para o Quilombo dos Palmares o mais conhecido do país, sua localização é na Serra da Barriga, este local atualmente situa-se no estado de Alagoas. O quilombo era um ambiente para acolher os escravos que havia fugido, para viver em um local onde tivesse proteção, abordando sua real cultura e costume.

Ao mencionar o Quilombo dos Palmares pensa-se logo em Zumbi dos Palmares que teve um papel importante o líder mais conhecido do Quilombo. Todavia essa narrativa pouco se refere a outra personagem marcante da história brasileira; Dandara dos Palmares. São limitados as escritas sobre suas histórias que realmente descreva sobre a trajetória de Dandara dos Palmares, não se se tem conhecimento

exato se ela nasceu no Brasil ou se veio da África para o Brasil. A autora Jarid Arraes conta através de cordel a vida de Dandara:

“Foi Dandara o seu nome
 que é quase como lenda
 Não há prova de sua vida[...]
 Com Zumbi teve três filhos
 E seus nome vou citar:
 Motumbo, Aristogíton
 E Harmódio[...]”
 (ARRAES,2017, p.48)

Outro aspecto relevante é que Dandara não resume a seus afazeres atividade doméstica, ela aprendeu os afazeres considerados masculinos, como dançar capoeira, manuseia armas e liderar um grupo para o combate contra os donos das fazendas. No livro extraordinária mulheres que revolucionaram o Brasil explana as evidências de Dandara dos Palmares

“Uma guerreira negra que aprendeu a fabricar espadas e a lutar com elas; uma capoeirista forte e corajosa que planejava ações de combate e liderava seus companheiros na luta pela liberdade” (SOUZA e CARARO, 2017, p.15-16)

Dandara desenvolveu habilidades e um protagonismo exemplar para todas as épocas, e se eventualmente obtivesse mais espaço sua vivência teria ocupado um cenário bem mais alto. Em conformidade com Souza e Cararo (2017, p.17) Dandara teria morrido em 6 de fevereiro de 1694, teria pulado de um penhasco para não voltar a condição de escrava, e seus três filhos teriam sido mortos durante o combate. Percebe-se que é indubitavelmente que a atuação dessa mulher possui uma dimensão de destaque em todos os âmbitos sociais, apresentando contraposição a este fato, como também resultante das ações preconceituosas e racistas que o país desenvolveu no decorrer de vários séculos, é visível a omissão de Dandara dos Palmares na esfera educacional.

É apropriado recordar que as escolas, especialmente as escolas públicas, passam pela escassez de materiais pedagógicos.

“Muitas crianças em situações econômicas vulnerável tem no material didático, principalmente os livros os únicos recursos para aprender. A criança negra que percebe as imagens inferiorizantes de negros nestes materiais têm sua autoestima diretamente afetada podendo negar ou não querer reconhecer-se naquela identidade ali representada. (FARIAS, LINS BRIÃO, 2012, p.100)

É inadiável a instalação de políticas públicas e de preparação adequada para os pais e os responsáveis dos alunos, visando que eles possam conhecer seus direitos e reivindicar o que é garantido por lei. Visto que é indispensável debater e estabelecer a prática da diversidade. Nessa ótica Farias, Lins e Brião (2021, p.99) afirmam que “Educar para a diversidade é não a negar, mas apresentá-la como característica da sociedade brasileira, valorizando assim, todas as contribuições étnicas e culturais que a permeiam”

Para que isso ocorra é essencial que os docentes estejam preparados e tenha conhecimento do assunto. Talvez os professores formados a 20, 30 anos não tenha visto esse tema na universidade, e, pois, isso faz necessário a formação continuada, permanecer pesquisando e se atualizando. A pesquisadora Zelinda Barros aponta algumas iniciativas referentes ao comportamento docente

"Em primeiro lugar, é necessário que o professor esteja devidamente preparado para lidar com temas como racismo e sexismo, pois, mesmo que vivencie situações de racismo e sexismo no seu cotidiano, é preciso criar formas de abordagem do tema que levem em consideração o grande leque de diferenças existentes no grupo ao qual irá se dirigir." (2005, p.08)

Para atingir este objetivo necessita-se de políticas públicas com eficaz que auxiliam o entendimento do docente e mecanismos que chame atenção e que permita a sensibilidade é consciência cívica para abordar essa temática em sala de aula.

Paulo Freire em seu livro ação cultural para a liberdade (1981, p.73) expressa a ideia de que “Seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.”

Esse dilema se faz presente nos acontecimentos históricos do país, e é também um dos motivos que justifica a importância de lutar por uma educação que inclui as diferenças, colocando o ensino de qualidade para que os alunos entendam o seu lugar

de fala, e se expressem mediante a situações de injustiça, tornando cidadãos mais críticos. Com o propósito de transformar a atual realidade social, fazer com que pessoas que estão na base da pirâmide possa atingir o topo social.

O campo educacional fornece documentos que auxiliam as escolas em seu regimento, um deles é as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que expõe regulamentos obrigatórios para educação básica, direcionando como deverá suceder o planejamento curricular das escolas, este documento menciona:

“A Lei nº 10.639/2003 foi objeto da Resolução CNE/CP nº 1/2004, baseada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, que dão orientações para sua implementação. A legislação reafirma a necessidade de que todos os brasileiros no seu processo escolar conheçam não somente a própria história, mas também as origens africanas, afro-brasileiras e indígenas que marcam a história, a memória, a cultura, a política e a economia do nosso país.” (BRASIL, 2013, p. 224)

Nota-se que, mesmo com comparecimento de leis e documentos que reafirmam a necessidade de discorrer sobre a cultura afro-brasileira nas escolas ainda elevado realmente a sério. É imprescindível compreender que:

“A falta de respeito às diferenças culturais dos alunos pode ser caracterizada como um ato violento, pois priva o aluno do conhecimento de si próprio através do conhecimento do grupo do qual faz parte.” (BARROS, 2005, p.06)

Entende-se que a falta de representatividade em diversos setores da sociedade é um fator resultante de vários séculos. E para reverter essa problemática é indispensável a participação ativa de toda a sociedade

“Diante do emaranhado de problemas subjacentes às relações étnicas, cabe a nós, formuladores de opinião - professores, educadores e pesquisadores críticos -, pensar e lutar por práticas que objetivem a inclusão positiva de crianças e de jovens negros na estrutura educacional e de emprego.” (CAVALLEIRO, 1998, p. 210)

Fazer com que desde a infância as crianças compreendam o valor sua beleza e sua ancestralidade, sobre sobretudo crianças negras, tornando-se adolescentes e futuramente adultos conscientes de sua importância e de seus direitos.

É compatível validar que as políticas públicas possuem uma extrema importância e que sua existência é real, porém não é colocado em prática. Assim como as estratégias pedagógicas direcionadas a contemplação do acolhimento a diversidade, essa série de problemas é decorrente de um ciclo, pela falta de preparação do professor e conseqüentemente os governantes têm uma parcela a contribuir com fornecimentos de cursos voltados para a formação continuada dos professores.

Do mesmo modo que o setor midiático deve contribuir com a com compartilhamento de informações verídicas, possibilitando a participação de pessoas negras nos veículos de comunicação. Dessa forma a modificação dessa realidade social só será possível com a contribuição de todos, para assim atingir os objetivos da implementação do corpo social mais justo e responsável por suas ações.

Ao averiguar todo o contexto histórico que engloba a formação do Brasil, constata os déficit de representatividade da ancestralidade afro-brasileira e africana que se sucedeu no período da escravidão, mas que nos dias atuais ainda exhibe resquício das desigualdades e o silenciamento das ações positivas da população negra, é visível que os avanços ocorreram com as leis para proteger e resguardar os ensinamentos africanos.

4. Conhecendo o contexto escolar onde se desenvolveu a pesquisa

A escola é um espaço que engloba diferentes formas de manifestações culturais, econômicas e política. Foi escolhida a escola Leônidas Pessoa, localizada na cidade de Pirapemas-MA, para fazer parte da minha pesquisa. De acordo com as informações do IBGE a cidade de Pirapemas situada no estado do Maranhão, possui este nome devido a um peixe fluvial encontrado às margens do rio Itapecuru, e anteriormente obteve outras denominações, primeiramente era povoado Beira Rio, depois ficou conhecida como povoado Esplanada até ser designada Pirapemas. "O território de Pirapemas pertenceu, outrora, ao município de Itapecuru-Mirim, passando em seguida, à jurisdição de Coroatá, do qual fora desmembrado".(IBGE)

Estabelecida a lei estadual nº 821 de 11/12/1992 considera-se Pirapemas não fará parte do município de Coroatá. A cidade de Pirapemas é conhecida como a "terra de Viriato Correia" por ter sido cidade onde o escritor Manoel Viriato Correia Baima do Lago Filho nasceu e anos depois tornou-se membros da academia Brasileira de Letra.

De acordo com o IBGE a população estimada de Pirapemas é de 18.814 pessoas de acordo com dados de 2021.

4.1 Desenvolvendo a pesquisa

Para analisar como a escola se posiciona ao expor e debater as relações éticas-raciais foi elaborado um questionário de forma impressa para o levantamento de dados e como são trabalhadas as questões étnico-raciais no ambiente escolar, através das práticas de leitura. Conforme Gil (2002, p. 43) explana que a pesquisa bibliográfica é “Desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Ao adentrar no acervo acadêmico encontra-se a aplicação de questionário para adquirir dados científicos e entender como tais temáticas funcionam, para auxiliar e desenvolver conhecimentos podendo ter uma visão ampla do campo pesquisado. O questionário é composto por 10 questões objetivas. O questionário foi aplicado em professores do ensino fundamental anos iniciais.

Por uma questão ética as participantes da pesquisa serão identificadas pelas letras “Z”, “W” e “Y”. O questionário inicia-se com as seguintes informações:

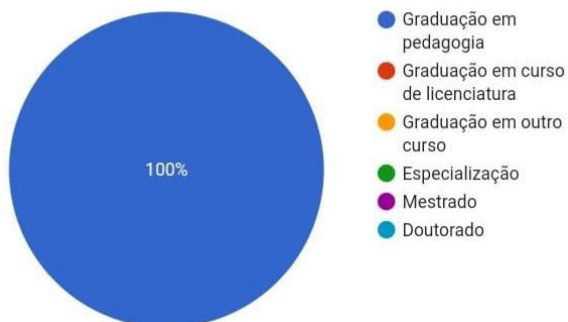
Participantes	Formação	Tempo de docência
Z	Pedagoga	10 anos
W	Pedagoga	11 anos
Y	Pedagoga	20 anos

Fonte: autora

Formação acadêmica:



3 respostas

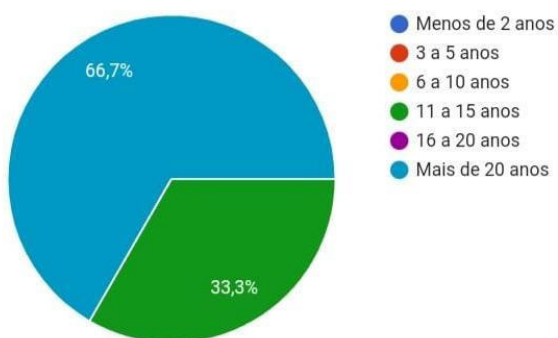


Fonte: autora

Indique o tempo de experiência na docência:



3 respostas



Fonte: autora

4.2 descrevendo cenários

Perguntado se a escola possui bibliotecas ou salas de leitura, as três professoras responderam que não possuem um ambiente específico para dedicar-se a leitura, essa situação faz parte do cotidiano das escolas públicas, reafirma a falta de atenção e comprometimento do poder público de não dedicar o investimento para compor uma biblioteca dentro das escolas.

Ao ser indagadas sobre quais livros compõem o acervo da escola, W e Z responderam que a escola possui livros didáticos e paradidático, enquanto Y afirmou que a escola possui livros didáticos, literatura Infantil e paradidático. É essencial a diversidade de gêneros textuais, a leitura contribui não somente para o conhecimento acadêmico, mas também para saber sobre o mundo, sobre a vida e dá asas à imaginação, possibilitando viajar para o passado, para outros estados, países e sem sair do lugar específico. A leitura possibilita compreender os marcos históricos, entender como construção do mundo influência para determinar a forma como se vive atualmente.

Ao adentrar nas questões das relações étnico-raciais, inicia-se questionando se os docentes dispõem conhecimento da Lei 10.639/2003 e as três professoras afirmaram que tem o conhecimento da lei. Para conhecer a individualidade de cada

docente na forma de lecionar foi perguntado em que período que cada professor promove a leitura literária afro-brasileira e/ou africana em sala de aula, W e Z, falaram que só aplicam a leitura literária afro-brasileira no mês de novembro com a comemoração do dia da consciência negra, ao passo que Y expõe que faz aplicação da leitura literária três vezes por semana. Questionadas se a escola dispõe de um projeto específico para trabalhar a leitura afro-brasileira e ou africana, W e Z declararam que existe sim o projeto, mas que é produzido somente no mês de novembro no dia da consciência negra, em contrapartida Y abdicou-se desta pergunta.

Indagadas sobre qual nota concederiam ao grau de importância aos livros sobre a cultura negra e para a formação de cidadãos críticos e consciente de seus direitos e deveres, W e Z aplicaram a nota 09, enquanto Y propôs a nota 10 a esta pergunta. Ao ser questionada se a escola tem algum projeto que aborde a lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", as três docentes responderam que não trabalham com esta lei nos projetos, dando sequência a esta pergunta, questionada a maneira que esses projetos são desenvolvidos com os alunos, W em suas palavras "a escola possui paradidáticos, onde é abordada cultura afro-brasileira". A professora Z relata que "Temos uns paradidáticos que falam da cultura afro e meus alunos já os leram. Mas não temos projeto voltado só para cultura afro-brasileira", enquanto a professora Y descreve que ocorre por meio das aulas e expositivas.

Diante das respostas obtidas pelo questionário, é perspectível os obstáculos que a escola pública enfrenta, pela falta de biblioteca, de livros mais diversificados e com conteúdo sobre a cultura africana.

Esse déficit de informação é decorrente de um sistema responsável em uma hierarquia pautada nas desigualdades. No entanto, algumas pessoa dedicaram-se para reverter essa problemática com as ferramentas acessíveis da época.

Toda história de luta, conquista que fazem parte da história do país deve e fazem parte do acervos dos conteúdos didáticos da escola, todavia a realidade das escolas públicas brasileiras não segue minuciosamente as leis de modo consequente enfrenta-se uma carência ao se tratar da execução da lei 10.639/03. Nota-se que é habitual desempenhar atividades voltadas para o reconhecimento da cultura negra no mês de novembro segundo as respostas das professoras entrevistada. A ausência de informações e o não comparecimento das referências positivas da ancestralidade

africana causa danos de que certa maneira pode ser difícil de reverter, porém a educação é a chave para melhorar situações conflituosas que o questionário apresentou, tais como ausência de bibliotecas, livros literários sobre conteúdos de história positivamente a trajetória do povo africano e a afro-brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos apresentados neste trabalho, é perceptivas fortes influências de concepções eurocêntricas arcaica que persistem em se manter presente tornando empecilho para manutenção de um país que respeite a individualidade e as tradições das diferentes culturas. O trabalho expõe fatos históricos que fazem com que a sociedade cultive hábitos que mantém a população afro-brasileira em segundo plano em diversos setores sociais, colocando o tom da pele como regra para viver em melhores condições ou não, como ocorria no período da escravidão.

No entanto, essa concepção vai em oposição aos direitos humanos e a liberdade por lei que é garantido na Constituição Federal de 1988. O ambiente escolar concede um espaço favorável para argumentar assunto de extrema importância, como apresentar nomes de pessoas negras que contribuíram para a construção do país mulheres negras escritoras, cientistas entre outros nomes femininos que costumam não estar presente nos livros escolares. Um exemplo é da Dandara do Palmares que obteve uma grande colaboração na luta pela liberdade, não possui seu nome nos livros didáticos.

Convém lembrar que existe a Lei 10.639/03 que assegura o dever de trabalhar o ensino e a obrigatoriedade da temática "História e Cultura afro-brasileira", evidenciar o valor e a influência positiva que os estudantes podem receber ao ter

conhecimento assertivo sobre a cultura africana e afro-brasileira. Outrossim, compreender e incentivar os professores a manterem conhecimento nessa temática que vai além do conteúdo acadêmico, interfere na vida social.

Vale recordar que este trabalho aborda uma pesquisa desenvolvida por um questionário com perguntas objetivas na escola Leônidas Pessoa, sendo verificados os procedimentos pedagógicos para apresentação dos assuntos relacionados a valorização da cultura afro-brasileira e africana, sendo que foram identificados que estes ensinamentos ocorrem próximo ao dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Percebendo-se que que por essa temática ser trabalhada apenas no Dia da Consciência Negra torna-se uma problemática, pois é um assunto que é recorrente na vida de todos que compõem a sociedade brasileira e que é de direito dos alunos(as) ter acesso a várias informações sobre este.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. *In: O PERIGO de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 71.

AMARAL, SHARYSE PIROUPO DO. **A ESCRAVIDÃO NO BRASIL**. Salvador, v. 2, p.17-18.

ARAUJO, Ariella Silva. **A mulher negra no pós-abolição**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 5, n. 9, p. 22-36, 2013.

CAETANO, Janaína Oliveira; CASTRO, Helena Carla. **Dandara dos Palmares: uma proposta para introduzir uma heroína negra no ambiente escolar**, [s. l.], v. 14, ed. 27, p. 153-179, Jan/ jun 2020.

CALVACANTE, Francys Carla Arraiz Lindoso.. **Literatura afro-brasileira: um processo de afirmação identitária e de resistência negra na poesia de culti**, [s. l.], ano 2017, p. 86 102, 2 fev. 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/122432>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Negros de pele clara. *In: RACISMO, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 71

CHARTIER, Roger. **O mundo como representações**, [s. l.], p. 173- 191, Abril 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2022.

CARARO, Aryane; DE SOUZA, Duda Porto. **Extraordinárias: Mulheres que revolucionaram o Brasil**. Editora Seguinte, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)**. Revista Estudos Feministas, v. 20, p. 133-151, 2012.

DA SILVA, Assis Leão; DA SILVA, Clesivaldo. **A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Étnico-Racial na promoção de uma educação antirracista**. REVISTA ELETRÔNICA PÉSQUISEDUCA, v. 13, n. 30, p. 553-570, 2021.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 113-138, 2010. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10953>. Acesso em: 28 nov. 2021.

DUARTE, Leonardo de Carvalho. **Lutando com Dandara: tematizando lutas na Educação Infantil**, São Paulo, 2019. Disponível em:

http://www.gpof.fe.usp.br/relatos/godoy_duarte_01.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.

FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Caroline Mostaro Neve da; FERNANDES, Alexandra Borges. **Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil: Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2011. p. 41. GODOY, Ana Cristina;

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HOOKS, Bell. Ensino 4 descolonização. *In*: ENSINANDO pensamento crítico **sabedoria prática: Ensino 4 descolonização**. São Paulo: Elefante, 2009. cap. 4, p. 57.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro. 2019

LEI E DIRETRIZES DE BASE. Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. **Lei e Diretrizes de Base**. Brasília, p. 04-562, 2013.

LEITE, Maria Laís dos Santos. **Lutando com Dandara de Palmares: feminismo e representatividade na literatura contemporânea**, [s. l.], v. 06, ed. 01, 2020..

OLIVEIRA, Anderson Ribeiro. **A história da África nos bancos escolares**.

Representações e imprecisões na literatura didática, [s. l.], ano 25, n. 3, p. 421-461, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**, Belo Horizonte, v. 26, ed. 01, p. 15-40, abr 2010.

PRADO, Kelvin Oliveira do. **Educação e prática decolonial: uma ferramenta político-pedagógico**, [s. l.], v. 07, n. 02, p. 1-14, mai-ago 2021.

Ribeiro, Débora. “Decolonizar a educação é possível? A resposta é sim e ela aponta para a educação para a educação escolar quilombola” vol. 22, no. 1, 2017, pp. 3112-3125.

VOGT, Olgário Paulo; BRUM. **Escravidão e Negros em livros didáticos de História**, Porto Alegre, v. 06, p. 53-74, Ago 2016